



OESP
1/6/97

A-2

A madeira da Amazônia

O País não controla a exploração da madeira na Amazônia, principalmente a que é feita pelas madeireiras asiáticas. A Secretaria de Assuntos Estratégicos concluiu em abril um relatório — divulgado agora pela *Gazeta Mercantil* — que revela dados de fato espantosos: o governo tem registro de 2 mil hectares de terras efetivamente manejadas por 22 companhias que contam com participação de capital estrangeiro. Nessas áreas seria possível produzir 3 mil metros cúbicos de madeira por ano, pelos critérios estabelecidos pela legislação em vigor. Na realidade, essas 22 empresas processam anualmente 30 milhões de metros cúbicos sem a menor preocupação com a conservação ambiental. O relatório mostra que 80% da madeira é extraída de forma ilegal e o desperdício no processamento das toras chega a 70%.

A exploração inadequada de madeira na Amazônia começou na década de 60, e ganhou impulso na década de 80. Apesar do tempo decorrido, o governo federal, por esta ou aquela razão, demorou a dar-se conta de que a invasão das madeireiras desrespeitará qualquer projeto de desenvolvimento sustentável, além de infringir as leis do País. O prejuízo provocado pelo descaço poderá ser grande para o Brasil — tanto do ponto de vista econômico, quanto político no plano internacional, dada a atenção que governos e ONGs dedicam à Amazônia. As reservas asiáticas estão chegando ao fim, o consumo mundial de madeira cresce 2% ao ano e o País poderia, em pouco tempo, tornar-se um dos principais fornecedores de madeira do mundo. Mas, se o governo não criar mecanismos de controle da explora-

ção predatória, nada sobrar.

Não é exagero: anualmente abatem-se na Amazônia cerca de 50 milhões de metros cúbicos de madeira, que equivalem à carga de 5 milhões de carretas. Os exploradores es-

**Makeireiras
asiáticas retiram
30 milhões de
metros cúbicos de
madeira da
floresta por ano**

tão pouco se importando com a legislação em vigor. A produção de madeira é altíssima e se faz independentemente de o Ibama aprovar ou não os planos de

manejo apresentados pelas madeireiras, a maioria dos quais tem rejeitado.

É preciso reverter esse quadro com urgência. Isso não se faz, no entanto, com a proibição total da exploração da madeira. Medidas tão radicais apenas prejudicariam a sofrida população local, grande parte da qual sobrevive graças aos trocados recebidos com o corte das árvores. Também não resolverão o problema os planos feitos em gabinetes e depois esquecidos nas gavetas. A cada denúncia de exploração ilegal de madeira na Amazônia, por exemplo, a Câmara dos Deputados anuncia que acompanhará de perto a atividade das madeireiras estrangeiras. Até agora, não se conhece o resultado de tanta atividade.

O governo precisa manter técnicos e fiscais na floresta. Deve propor e coordenar políticas de exploração dos recursos madeireiros que compatibilizem as exigências do mercado com as necessidades de preservação ecológica da região. Precisa, ainda, rever o Código Florestal, uma legislação de 1965 que não previu a exploração industrial dos recursos da região. Em suma, espera-se que o governo estabeleça um modelo de manejo da floresta amazônica que, de uma vez por todas, garanta o equilíbrio ambiental, a exploração econômica e a segurança nacional.